



Sessão temática: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Mesa coordenada Feminismo, direitos e diversidade.

O ACESSO DA POPULAÇÃO LGBT À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O CASO DAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

RITA DE LOURDES DE LIMA¹

Resumo: Apresenta parte dos resultados da pesquisa que visa analisar a situação de vida da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros) no acesso e nas residências universitárias na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), frente à questão da discriminação e preconceito por questão de orientação sexual. Trabalhou-se com entrevistas guiadas e pesquisa bibliográfica sobre a temática LGBT e sobre educação e política de assistência estudantil. Foram realizadas 4 entrevistas e as falas mostram a importância da assistência estudantil para a permanência dos discentes na universidade e as dificuldades enfrentadas pela população LGBT em um ambiente heterossexista.

Palavras chaves: LGBTs; Assistência Estudantil; Residência Universitária.

Abstract: It presents part of the results of the research that aims to analyze the life situation of the LGBT population (Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Transgender) in the access and in university residences at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), front of prejudice and discrimination on the basis of sexual orientation. We worked with guided interviews and bibliographical research on the LGBT theme and on education and student assistance policy. Four interviews were conducted and the speeches show the importance of student assistance to the students permanence in the university and the difficulties faced by the LGBT population in a heterosexist environment.

Keywords: LGBTs; Student Assistance; University Residence.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla no âmbito do projeto do edital Procad “Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social”², celebrado entre a UNB, UERJ e UFRN. Foi aprovado no comitê de ética da UFRN e visa conhecer e analisar a situação de vida da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros) nas residências universitárias na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), frente a questão da discriminação e preconceito por

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <rita.pires2@gmail.com>.

² Aprovado no edital Procad/CAPES 2013, com ações que se desenvolverão entre 2015-2018, mas que em função da liberação atrasada dos recursos se estenderão até 2019.

questão de orientação sexual. Trabalhou-se com entrevistas guiadas e pesquisa bibliográfica sobre a temática LGBT e sobre a política de assistência estudantil. A amostra escolhida se deu por indicação, pois houve dificuldade em chegar até o nosso público alvo. Optou-se também por diversificar a amostra no que diz respeito as questões de raça/etnia, faixa etária, cursos, contudo, nem sempre foi possível em função da resistência de alguns em participar da pesquisa.

A UFRN dispõe atualmente de 10 residências de graduação (7 em Natal e 3 nos interiores do RN). Das 3 existentes nos interiores, 2 estão no CERES (Centro de Ensino Superior do Seridó, nas cidades de Currais Novos e Caicó) e 01 na Facisa³ (Faculdade de Ciências da Saúde, na cidade de Santa Cruz). Além das residências no âmbito da graduação, a UFRN conta também com 2 de pós-graduação em Natal. A intenção é uma amostra mínima de 2 estudantes de graduação por cidade (Natal, Currais Novos, Caicó e Santa Cruz) e 2 estudantes em uma das residências de pós-graduação, perfazendo um total de 10 discentes ao todo. Até o momento temos 4 entrevistas com residentes de Natal, portanto ainda falta chegar as residências do interior e a residência da pós-graduação.

Esse artigo visa mostrar a importância da assistência estudantil na vida da população LGBT, mostrando também as dificuldades, preconceitos e discriminações enfrentadas por eles no âmbito universitário. Para apresentar os resultados parciais, dividimos essa exposição em 4 momentos: Pressupostos Ontológicos; Apresentando a realidade da assistência estudantil na UFRN; A realidade da população LGBT nas residências na UFRN; e Considerações Finais.

2 PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS

A concepção aqui defendida parte da perspectiva de totalidade e, nesse sentido, não desconecta a discussão sobre sexualidade das demais dimensões

³ Em Santa Cruz, cidade que dista 122 km de Natal (RN) funcionam os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Medicina. Em Caicó, situada à 282 km de Natal, funcionam os cursos presenciais de Ciências Contábeis, Direito, Geografia, História, Pedagogia, Matemática, Sistemas de Informação e Medicina e em Currais Novos, à 172 Km de Natal, funcionam os cursos presenciais de Administração, Letras e Turismo.

da vida humana, uma vez que compreende o ser humano como participante do Gênero humano e como tal, determinado histórico e socialmente. Desse modo, partimos da perspectiva que considera o trabalho como fundante do Ser Social e, portanto, base da complexificação dos seres humanos e da vida social, na sua busca por liberdade. Nesse sentido, a discussão sobre sexualidade e liberdade humana não se desconectam de suas bases ontológicas.

Desse modo, a sexualidade, ou seja, as práticas eróticas humanas, como todas as outras dimensões da vida humana, é socialmente e historicamente determinada. Dito de outro modo: muda com o desenvolvimento histórico e social da humanidade. Nesse sentido, os seres humanos no seu processo de desenvolvimento histórico e social⁴ traçam novos caminhos e possibilidades, num processo cada vez mais distante da esfera puramente orgânica/natural, sem contudo, eliminá-la totalmente.

Segundo Tonet (2012), a complexificação das relações sociais impôs aos seres humanos a necessidade de criação de outras atividades que também tivessem a função de mediar a reprodução social. Surge a educação, atividade fundada pelo trabalho. Sua função é, pois, a reprodução do Ser dos seres humanos, cujas objetivações precisam ser universalizadas para todos os indivíduos e independente do tipo de sociedade, a educação, portanto, vai sempre ter como função social a reprodução social, sendo, portanto, uma categoria ontológica.

Do mesmo modo, nesse processo de complexificação, os seres humanos, ao longo da história e no processo de transformação da natureza, se transformam e se desenvolvem em todas as dimensões, portanto, também no campo da sexualidade. Assim, com a descoberta de que a procriação só era possível por meio de relações heterossexuais – que se dá no período da domesticação dos animais⁵ – criam-se normas que condenam relações entre pessoas do mesmo sexo, em um período histórico que era muito importante para a humanidade a procriação em função da baixa expectativa de vida. A

⁴ O processo de complexificação humano-social tem como elemento fundante o trabalho, mas não se limita a ele. A prévia-ideação ao se efetivar no mundo concreto cria algo novo, gerando novas possibilidades e necessidades, as quais o ser humano responde, por meio de escolhas de alternativas num processo infinito. Ver a esse respeito Lukács, 2013.

⁵ Ver a esse respeito Guillaumin, Tabet e Mathieu (2014).

cultura, as normas jurídicas e religiosas - repassadas inicialmente oralmente e posteriormente de forma escrita e por meio da educação - criam um ambiente no qual todos/as que não se adequem a essa mentalidade dominante⁶ sofram perseguições, preconceitos e discriminações⁷. Ressalte-se, que, posteriormente, mesmo com o conhecimento e domínio dos seres humanos sobre o processo de procriação e as diversas técnicas hoje existentes, as normas jurídicas e religiosas, bem como a cultura em geral, continuam a condenar as práticas homoafetivas, pois não mudam na mesma velocidade que a dinâmica social e sobrevivem por séculos, mesmo quando perderam todo o sentido social de existir.

Assim, em todas as formações sociais criam-se, fortemente, perseguições, preconceitos, discriminações, contra todos/as que por questões de classe social, raça/etnia ou orientação sexual, rompiam/rompem com os padrões considerados adequados socialmente. Tal processo antecede a sociedade capitalista, contudo, do nosso ponto de vista, tal sociedade, por seu caráter intrinsecamente competitivo e egoísta, é o solo fértil adequado para o pleno desenvolvimento das diversas formas de opressões de gênero, raça/etnia, orientação sexual etc.

Contraditoriamente, é também nessa complexa sociedade que se criam as condições objetivas para que os seres humanos construam e mudem sua história, por meio de seus processos e lutas organizativas como sujeitos coletivos. É também na sociedade capitalista que a educação torna-se formal - por meio das escolas e universidades - e um direito social, a partir das lutas e conquistas dos trabalhadores/as por acesso aos bens sociais⁸. É nesse

⁶ Ressalte-se que a partir do surgimento da sociedade de classes, as ideias dominantes de uma época serão sempre as ideias da classe dominante (MARX, 1998).

⁷ Preconceito: "Designam-se as percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções" (RIOS, 2009, p.54). Discriminação: É "a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos" (RIOS, 2009, p. 54). Dito de outro modo, a discriminação é a objetivação/materialização do preconceito.

⁸ A educação pode ser dividida em dois tipos: a formal e a informal. A primeira refere-se aquela ministrada em sala de aula com professores, programas, conteúdos, que é realizada de forma sistemática. A segunda diz respeito à educação realizada cotidianamente, baseada nos costumes, tradições, na aprendizagem do dia a dia. É importante também assinalar que, com o surgimento da

processo de lutas e conquistas da classe trabalhadora pelo acesso à educação, que se situa a política de assistência estudantil.

3 APRESENTANDO A REALIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRN

Para começarmos a falar de assistência estudantil, devemos inicialmente nos perguntar o que é educação e que educação queremos, pois assim, podemos também compreender que assistência estudantil desejamos.

Educação segundo Lukács, “consiste [na busca] em capacitar [os indivíduos] a reagir adequadamente aos acontecimentos e situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer em sua vida” (LUKÁCS, 2013, p. 176), e na história humana, a educação era repassada oralmente e pelos mais antigos, a fim de capacitar as novas gerações para a vida e para a sobrevivência, a partir do conhecimento das gerações anteriores. Nesse sentido, a educação em sentido amplo, tem a “função social de atuar na direção da construção do indivíduo como membro do gênero e, por esse intermédio, mediar [o processo] de reprodução social”. (MACENO, 2017, p. 91). Portanto, conforme já assinalamos, a educação não é o mesmo que escolarização ou educação formal, e, somente muito recentemente na história humana, a educação passou a ser confundida com escolarização, uma vez que na sociedade atual a forma mais habitual de conseguirmos educação, é por meio da educação formal ou seja, via escola e universidades.

No caso das Universidades Públicas, só muito recentemente se estruturou um programa com o objetivo de permitir o ingresso e permanência da população trabalhadora mais empobrecida em seu âmbito⁹. É importante ressaltar que, a partir de final dos anos 1970, inicia-se a Crise do capitalismo, o processo de reestruturação produtiva, o projeto neoliberal e a criação do “consenso” da crise nos anos 90 do século XX : necessidade da redução de gastos públicos com as políticas sociais, crescente valorização da “parceria”

sociedade de classes, a educação continua exercendo sua função social de reprodução, contudo agora a transmissão de valores, normas, comportamentos é feita de acordo com os interesses da classe dominante. Para uma análise crítica da educação ver, entre outros Tonet: 2012.

⁹ Enquanto que a primeira instituição de ensino superior no Brasil data de 1808 (início do século XIX), por ocasião da vinda da família real ao Brasil, - portanto, a preocupação era muito mais com a elite de Portugal que chegava ao Brasil, do que com a educação do povo brasileiro -, a política estudantil tem sua primeira legislação nos anos 30 do século XX, no governo de Getúlio Vargas e só no século XXI se estrutura a política de assistência estudantil (IMPERATORI, 2017).

público-privado na prestação dos serviços sociais e precarização no mundo do trabalho.

Os serviços públicos passam cada vez mais a serem sucateados (saúde, educação, previdência...) e o atendimento à população é transferido ao setor privado, através de repasse de recursos, subsídios públicos e isenção de impostos para o setor privado. O discurso hegemônico é que o público é ineficiente e há corrupção. O privado é eficiente e não há corrupção. Nesse cenário teremos os Governos Fernando Collor de Melo (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016)

Nos Governos Lula e Dilma há uma particularidade - e não podemos negar isso - da ênfase nos programas sociais e neles o discurso de ampliação do acesso à educação superior, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para todos (PROUNI) e Programa de Reestruturação Universitária (REUNI)¹⁰:

É nessa conjuntura que se cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007, instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, e por meio dela, quaisquer estudantes poderiam ser atendidos por ações de assistência estudantil, sendo prioritários os vulneráveis em termos socioeconômicos. Essa legislação foi alterada em 2010, e o PNAES passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Nele, o acesso à assistência estudantil foi fixado a partir de um critério de renda, mais restritivo que o anterior - Renda per capita de 1,5 Salário Mínimo - , que ainda poderá ser acrescido de outros critérios em cada instituição particular.

Nesse sentido, o PNAES regula o oferecimento de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de

¹⁰ Aqui não nos deteremos em uma análise de cada uma dos programas. Por ora, basta-nos assinalar que o conjunto de programas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), utilizam um discurso de democratização do acesso as políticas sociais, ampliando de fato o acesso, contudo, ao mesmo tempo, tal acesso também favoreceu enormemente a acumulação do capital, transferindo recursos públicos para iniciativa privada. Ver a esse respeito Lima (2007 e 2008).

acordo com a realidade de cada instituição, uma vez que a legislação prevê descentralização político-administrativo e financeira, participação estudantil no estabelecimento dos critérios e garantia da autonomia de cada instituição na sua gestão e implementação.

Ao mesmo tempo que a descentralização e autonomia são importantes, pois permitem que cada instituição administre seus recursos de acordo com sua realidade particular, pode, a depender da correlação de forças em cada particularidade local, estabelecer algumas políticas muito restritivas e seletivas, uma vez que, ao longo dos anos e, particularmente a partir de 2015-2016 tem ocorrido inúmeros cortes no âmbito dessa política. Por esse motivo, a assistência estudantil no país se dá de forma diferenciada, a depender da legislação interna de cada IES:

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobiliados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados. O mesmo ocorre com alimentação. Em algumas Ies são priorizados os restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário para utilização em lanchonetes ou restaurantes. Há ainda casos em que são fornecidos tanto serviços como benefícios monetários. Outro aspecto interessante é a possibilidade de acumulação dos programas de assistência estudantil, o que permite que o estudante participe, por exemplo, de ações de moradia, alimentação e transporte simultaneamente (IMPERATORI, 2017, p. 295).

Na UFRN a política estudantil está estruturada com 2 principais bolsas e 4 auxílios: a) Bolsa Residência¹¹ – destinada a estudantes de graduação ou pós-graduação, cujas famílias não residam na cidade onde realizam o curso, estabelece ainda como critério seletivo importante o desempenho satisfatório por parte do discente; b) Bolsa Alimentação - destinada a discentes residentes e também que tenham atividades em turnos consecutivos, mediante o acesso a alimentação no restaurante universitário; c) Auxílio Transporte – consiste no fornecimento de auxílio em espécie e se destina a estudantes que comprovem dificuldades financeiras para custeio de deslocamento e que não sejam beneficiários de bolsa residência; d) Auxílio Óculos - no valor de R\$ 200,00

¹¹ O acesso a bolsa residência universitária é cumulativo, ou seja, o aluno usuário dessa bolsa residência tem acesso ao Restaurante Universitário (bolsa alimentação), bem como pode pleitear outras modalidades de bolsa, a exemplo, a bolsa de Apoio Técnico e Administrativo, as bolsas de Pesquisa e Extensão e os auxílios creche, atleta e óculos.

(duzentos reais) em uma única parcela; e) Auxílio Creche – no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por 10 meses, com cada estudante podendo receber até, no máximo, dois auxílios-creche¹²; e) Auxílio Atleta - no valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Por fim, é importante ressaltar que nos casos de segundo curso de graduação o aluno perde o acesso à assistência estudantil.

A UFRN vem adotando a política de assistência estudantil e criando programas e mecanismos, visando facilitar o acesso e a permanência dos alunos e que tem como critério principal de inclusão, a situação socioeconômica do candidato. Isso reafirma uma política educacional, que não se configura como direito universal. O que vem se dando é uma focalização no atendimento. Desse modo, o PNAES tem se caracterizado como um programa seletivo e focalizado (CISLAGHI E SILVA, 2012). A assistência estudantil que funciona a partir de uma lógica seletiva e competitiva - ao escolher quem é mais pobre entre os pobres - favorece uma cultura de competição e de não solidariedade entre os discentes.

A perspectiva aqui defendida busca entender a Política de assistência estudantil como direito e romper com a ideologia do assistencialismo, do favor e da ajuda, sem perder de vista que os objetivos que norteiam a assistência estudantil de garantir a permanência, a conclusão do ensino superior, viabilizar a inclusão e reduzir a evasão escolar, atendem as exigências de organismos internacionais que representam o capital e, mesmo tempo e, contraditoriamente, são também respostas às necessidades da população.

Os dados mostram que

Mais de 84% dos estudantes das IFES dependem do ensino público e gratuito para continuar os estudos. Bem como, 40% dos alunos que ingressam na universidade abandonam o curso antes de concluírem por falta de condições financeiras para a sua manutenção (SALDANHA, 2015, p.51).

Ao mesmo tempo, esses dados não se dão igualmente por todo o Brasil:

Pesquisa publicada pela Andifes (2011) mapeou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras em 2010 e identificou que 41% das famílias dos estudantes recebem até três salários mínimos. Essa distribuição ocorre de forma desigual nas regiões brasileiras. No Nordeste e no Norte, esse percentual é de 50% e 63%,

¹² A possibilidade de receber o segundo auxílio-creche está condicionada ao atendimento de todos os classificados na seleção, incluindo os alunos em fila de espera.

respectivamente, enquanto nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste é de aproximadamente 30% (IMPERATORI, 2017, p. 291).

Nos últimos anos, houve crescimento dos recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por exemplo, em 2013 o PNAES foi de R\$ 16.985.386,00, em 2014, o valor foi de 29.749.696, um aumento de cerca de 40%. Contudo, apesar desse aumento, tal valor não tem sido suficiente para suprir as necessidades dos alunos, nem acompanhado a expansão de vagas que tem se dado a partir do REUNI. (SALDANHA, 2015). Registre-se ainda o corte nos recursos na política de educação que se dá inicialmente a partir de 2015, com de corte de 16 bilhões, e acentua a partir de 2016, com o golpe civil-parlamentar. Ao mesmo tempo, a partir de 2016, os recursos têm sido liberados a “conta-gotas”, dificultando o planejamento de ações e trazendo incertezas para gestores e discentes¹³. É nessa conjuntura que tem se dado a política de assistência estudantil na UFRN.

Em 2011, após várias reorganizações institucionais, foi aprovado o novo Regimento Interno da Reitoria da UFRN, estabelecendo uma nova estrutura administrativa, instituindo a Coordenação de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência (CAPAP), ligada a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). Desde este período há uma série de legislações que orientam o acesso da comunidade universitária aos serviços de assistência estudantil¹⁴.

¹³ Em 2017, a dotação orçamentária inicial para a assistência estudantil na UFRN era de 34.213.739,00 e a dotação final foi de 24.213.739,00. Contudo, o relatório de gestão assinala que foram empenhados para a assistência estudantil o valor de 27.520.013,87, assinalando que os recursos oriundos do PNAES foram complementados por recursos do orçamento da Instituição e outros advindos de convênios e projetos. (Relatório de gestão, 2017, p. 433 e 434).

¹⁴ Essas são as principais legislações que orientam as ações do setor de Serviço Social da assistência estudantil na UFRN: Res. **022/1991**-CONSAD (Dispõe a isenção do pagamento das refeições no Restaurante Universitário); Res. **169/2008**-COSEPE (Dispõe sobre a instituição do programa de bolsas de Assistência Estudantil e regulamenta os procedimentos de concessão, acompanhamento e avaliação do impacto destas no desempenho acadêmico dos alunos beneficiários); Res. **026/2009**-CONSAD (Dispõe sobre os critérios de avaliação da condição socioeconômica de alunos da UFRN para fins de caracterização da condição de aluno carente); Res. **222/2010** - CONSEPE (Regulamenta a concessão de bolsas, na modalidade de apoio técnico e administrativo); Res. **021/2012**-CONSAD, (Aprova o Regulamento dos Restaurantes Universitários da UFRN - combinada Res. **020/2016**-CONSAD); Res. **045-CONSAD** (Dispõe sobre a concessão, renovação, avaliação e cancelamento de auxílio moradia para estudantes da UFRN - alterada pela Res. 023/2014, alterada pela Res. 006/2016); Res. 046/2013-CONSAD (Estabelece Regimento para o funcionamento das Residências Universitárias); Res. 020/2016-CONSAD (Estabelece os elementos de despesas e a metodologia para o cálculo do custo das refeições do Sistema de Restaurantes da UFRN e fixa os valores das refeições a serem servidas a usuários pagantes nos termos do Regulamento dos Restaurantes Universitários); Res. 128/2016-CONSEPE (regulamenta as bolsas de Acessibilidade e de Permanência Especial e altera a res 169/2008-CONSEPE).

Desse modo, a procura pela assistência estudantil, como já assinalamos é imensa e nem sempre os estudantes que dela necessitam tem acesso a ela, uma vez que os critérios não abarcam as diversidades de situações que chegam a instituição. Em relação, especificamente as residências universitárias, dados de 2015 (SALDANHA, 2015), mostram que a UFRN atende a um universo 775 discentes - além de um imóvel alugado para os alunos de pós-graduação, um universo muito pequeno ao se considerar o número de estudantes matriculados na UFRN no mesmo ano¹⁵.

O relatório de gestão de 2017 aponta, em relação ao auxílio alimentação concedido aos residentes ou estudantes que comprovem não poder pagar, que foram

1.731 estudantes beneficiários de gratuidade nos dias de aula (nos campi Central, Escola Agrícola de Jundiá e FACISA) aos quais se somam os 1.843 moradores de residências e bolsistas de moradia (que têm gratuidade garantida inclusive nos feriados e finais de semana). Já os beneficiários de auxílio financeiro para a alimentação foram 583, e aqueles que tiveram aprovado o pagamento de preço subsidiado no Restaurante Universitário foram 231 (UFRN, 2017, p 435).

As resoluções e medidas adotadas tratam somente de condições econômicas e de racionalizar recursos, esquecendo-se que não é somente por tal motivo que os discentes necessitam de moradia ou de outro tipo de assistência. A população LGBT, não raras vezes, precisa da assistência estudantil para conseguir sair do ambiente hostil no qual se transformou sua casa, após ter tido a coragem de assumir sua orientação sexual em discordância com o padrão dominante¹⁶. E quando essa população, além da dimensão da quebra com os padrões dominantes de orientação sexual, vem de classe trabalhadora empobrecida, a dimensão de classe se entrecruza perversamente na vida dessa população.

¹⁵ Em 2016, a UFRN contou com 26.488 estudantes na graduação e com 6463 estudantes na pós-graduação (residência, mestrado e doutorado). Em 2016, esses números na graduação e pós-graduação apresentam um pequeno aumento passando a 27.789 na graduação (aumento de 4,9%) e 6557 na pós-graduação (aumento de 1,45%)(UFRN em números, 2013-2017).

¹⁶ “[...]os recursos são para somente pessoas que são oriundas do interior do Estado, se você é uma pessoa LGBT que está sofrendo homofobia, opressão você tem que dá um jeito de se virar aqui porque se depender da universidade vai ser bem difícil” (Participante 1, comunicação pessoal. Março, 5, 2017).

Desse modo, ao ingressar na UFRN e sem ter acesso imediatamente a assistência estudantil, por vezes, muitos discentes contam somente com a solidariedade de amigos e parentes. E passam a buscar, desesperadamente, bolsas de apoio técnico ou de assistência estudantil, uma vez que há aqueles que mesmo depois de certo tempo, não conseguem vaga nas residências. Nesses casos, a depender da disponibilidade orçamentária da instituição, é oferecido um auxílio moradia no valor de R\$ 250,00, valor absolutamente insuficiente para uma moradia na grande Natal (RN).

Além das dificuldades socioeconômicas, os discentes LGBTs, quando conseguem acessar a residência universitária, deparam-se com um ambiente heterossexista, no qual enfrentam preconceitos e discriminações.

4 A REALIDADE DA POPULAÇÃO LGBT NAS RESIDÊNCIAS NA UFRN

Como já assinalamos entrevistamos 4 discentes LGBTs residentes. Os/as entrevistadas apresentam o seguinte perfil:

Nº	Idade	Curso	Período	Sexo	Raça/etnia	Crença
1	30	Biblioteconomia	8	M	Negro	Evangélico
2	23	Filosofia	4	M	Branca	Não
3	20	Direito	6	M	Negro	Agnóstico
4	22	Serviço Social	8	F	Branca	Não

Quadro 1 – Perfil dos/as entrevistados/as

Como se pode observar, a amostra é formada por um público relativamente jovem (até 30 anos), predominantemente masculino, de diversos cursos, com predomínio de pessoas sem crenças religiosas ou agnósticas. Em relação a raça/etnia, até o momento a amostra está diversificada com metade se autodeclarando branca e metade negra.

As primeiras dificuldades encontradas pela população LGBT entrevistada antecedem a chegada a universidade e se deve em função de relacionamentos difíceis no âmbito familiar, quando alguns, resolveram assumir sua orientação sexual frente a família, como já assinalamos. Todas as falas relataram relacionamentos extremamente difíceis na família (a exceção de um entrevistado, cuja família desconhece sua orientação sexual):

Bom eu sou daqui de Natal mesmo, só que eu tive uns conflitos familiares, especialmente com o meu pai. Por ele ser uma pessoa

assim conservadora, vim de uma educação muito rígida, de uma criação, enfim diferenciada, eu sofri muita homofobia na casa dele por parte do meu pai, sofri muita opressão. (Participante 1, comunicação pessoal. Março, 5, 2017)

Com a família foi o mais difícil. Porque pra mim assim, quando eu me assumi, eu me assumi porque eu tinha me aceitado, que meio que o mais difícil foi eu ter me aceitado. [...] Minha mãe é bem religiosa, ela sofreu muito, hoje é bem melhor. [...] **desde que não toque no assunto** (Participante 2, comunicação pessoal, agosto, 11, 2017. grifos nosso).

quando eu me assumi pra minha família não foi fácil e até hoje não é, não é um ponto de aceitação na minha casa. [...] porque eu não tenho como voltar pra casa, porque a minha própria família não me dá mais acesso à minha residência.[...] Minha mãe, ela não tem nenhum tipo de relação comigo desde então. De fato, ela não lida bem com essa situação, a gente não conversa mais sobre isso. [...] mas realmente a minha família que é... a pessoa que eu tinha mais relação e que eu realmente acreditava que fosse confiar e que fosse contar com ela é a minha mãe e a gente não tem relação (Participante 4, comunicação pessoal, março, 12, 2018).

Nesse sentido, muitas falas relatam dificuldades financeiras e de acessar a assistência estudantil e relataram que contaram com a solidariedade de amigos e família ao chegarem a universidade, e que tal ajuda não seria possível por muito tempo, reforçando, portanto a importância do acesso à assistência estudantil para conseguirem se manter na universidade:

Eu não consegui ter acesso à residência universitária assim que eu me mudei, então, eu... a primeira mesmo foi na situação de me sustentar, de aluguel, de conseguir feira todo mês, porque eu dividia espaço. Eu dividia kitnet com uma outra amiga, no começo, bem... assim que eu me mudei mesmo. A maior mais foi nesse sentido mesmo, uma das maiores dificuldades, porque eu não sabia sobre a assistência estudantil da UFRN, eu vim saber depois que eu ingressei, eu não tive acesso de imediato (Participante 4, comunicação pessoal, março, 12, 2018).

Sou oriundo de escola pública e você sabe a dificuldade do aluno de escola pública para ingressar na universidade. [...] Não só tive como tenho até hoje e terei até o final da graduação. Porque infelizmente não há muitos recursos. Assim que eu entrei a primeira dificuldade encontrada foi a questão do transporte, porque eu não tinha condição de custear, porque eu venho de comunidade, eu sou da comunidade da África que eu digo que um gay na favela, eu vim de baixa renda [...] **Passei necessidade**, como eu vim de família carente **qualquer real faz falta**, porque tipo assim, se um pai de família tirar um real para comprar um pão para dar pra o transporte, vai fazer falta, a gente fica assim, sem o pão. [...]eu não tinha condições de arcar com o curso e quando você entra é muito burocrático o trâmite da assistência estudantil, você não consegue o acesso imediato. (Participante 1, comunicação pessoal. Março, 5, 2017, grifos nosso).

[...] quando eu fiquei sabendo da assistência estudantil referente a questão da moradia eu vim buscar o apoio na universidade, só que infelizmente a universidade não abraça a comunidade LGBT. Houve

casos de pessoas que tiveram de voltar para suas casas, porque realmente é demorado para sair o processo **devido a quantidade de alunos que é muito grande e a quantidade reduzida de assistente sociais para fazer a análise desses pedidos**¹⁷ e também a questão do sistema, o sistema também é muito precário para se fazer esse pedido.” (Participante 3, comunicação pessoal. Abril, 15, 2017. grifo nosso)

Ao mesmo tempo as falas relatam a importância do acesso à residência, uma vez que isso possibilita o acesso aos outros serviços assistenciais:

Eu tenho a residência e eu tenho bolsa que dá pra eu me manter, com o básico. Aqui eu não gasto com ônibus, porque dá pra vir a pé pra aula. Ficar aqui hoje facilita as atividades da minha vida acadêmica. (...) A tarde pra minha bolsa eu vou a pé, depois da minha aula, eu me locomovo muito a pé aqui na universidade e é muito fácil. Faço esporte aqui na universidade, faço natação. Aí tempo, tenho tempo pra tudo hoje porque eu moro aqui. E dá pra fazer muita coisa porque eu moro aqui. (Participante 2, comunicação pessoal, agosto, 11, 2017)

O auxílio moradia ela dá direito automático a alimentação, ao auxílio alimentação. Atualmente eu estou no auxílio moradia, mas eu era residente na residência universitária do campus central. E o residente da residência universitária que ocupa vaga na residência ele tem direito a alimentação. Eu recebo o auxílio moradia que dá direito ao almoço e a janta de segunda à sexta feira, nos finais de semana o que a gente precisar, a gente tem que ir lá no Serviço Social pra poder ser liberado, não é um direito automático que é dado as pessoas detentoras do auxílio moradia como reza a resolução. (Participante 1, comunicação pessoal. Março, 5, 2017).

Outros desejam sair de suas casas e irem para residência universitária, mesmo sem residirem no interior ou sem serem alunos considerados “carentes” pela universidade, pois imaginam que no âmbito universitário sofrerão menos, contudo, ao chegar a residência encontram um forte heterossexismo¹⁸ entre os residentes e no âmbito universitário:

Como LGBT o que acontece comigo e com os outros é silenciamento, as pessoas tiram muita onda, (...) brincadeiras, essas brincadeiras, até mesmo assim quando a gente tá todo mundo junto que aparentemente não teria esse tipo de problema, sempre tem alguém que faz uma brincadeirinha, tirando uma onda, e é uma brincadeira, mas com um fundo preconceituoso. (Participante 2, comunicação pessoal, agosto, 11, 2017).

17 Uma das raras falas que considera o número reduzido das assistentes sócias que trabalham na assistência estudantil em relação a demanda crescente de estudantes.

18 Utilizamos o termo heterossexismo ao invés de heteronormatividade, pois o segundo estabelece a centralidade dos nomes, discursos e normas no estabelecimento do sistema opressivo. A perspectiva aqui defendida parte da concepção de que a opressão encontra respaldo nos sistemas normativos e discursos, mas que não são eles que fundam a realidade da opressão. A realidade da opressão é pré-existente e erige as normas e discursos opressivos e heterossexistas.

Só que lá dentro da residência universitária eu acabei também sofrendo homofobia novamente por colegas de quarto, que acabou influenciando em todo o ambiente, [...] Eu sofri homofobia na residência universitária e precisei migrar para o auxílio moradia com os que sofreram esse tipo de opressão também e nós acabamos perdendo algumas regalias (SIC!) que os residentes têm, que no caso é um kit chamado 'quarta refeição' e o café da manhã, fora a segurança que nos traz a residência universitária, também a questão da moradia que é não ter que arcar com água, internet e luz. Tudo isso a gente está precisando passar por isso por uma omissão, por uma negligência da universidade, tem que está tirando da nossa renda, pra complementar a refeição. O café da manhã eu tiro do meu bolso porque a universidade não me dá esse direito. (Participante 1, comunicação pessoal. Março, 5, 2017).

Eu tenho medo da violência. Eu só saio de short assim num visual 'closeiro' se estiver num ambiente que eu sei que eu vou estar seguro, se não eu já fico tipo "ah, vou me vestir comportadinho, **não dar motivo pra ninguém na rua querer me bater**, porque eu sei de alguém que bateu no meu amigo na rua, na parada de ônibus vieram espancar um amigo meu. (Participante 3, comunicação pessoal. Abril, 15, 2017, grifo nosso).

Observe-se que na fala do participante 2, o estudante que saiu da residência, utiliza o termo "regalias" ao se referir ao acesso dos residentes a uma "quarta refeição" e ao café da manhã. A fala permite perceber que, os recursos limitados e a triagem rigorosa, cria um ambiente de competição e não solidariedade entre os discentes.

Observe-se também, na última fala, o medo da violência física e a necessidade de se proteger, faz com que o discente afirme que sai "comportadinho" para não dar motivo de sofrer violência, como se o motivo da violência fosse as roupas que usa, quando na verdade o verdadeiro motivo da violência é o heterossexismo.

Em relação à assistência estudantil, são recorrentes as reclamações tanto pela dificuldade no acesso como pelas regras, consideradas excessivas e pela constante fiscalização no âmbito das residências:

Um determinado grupo de opressores, de pessoas machistas foram lá denunciar a gente dizendo que a gente tinha deixando uma pia cheia de louça. Só com a foto chegaram na assistente social e mostraram essa foto. E nós gays fomos chamados pra conversar, gays, negros e afeminados fomos chamados pra conversar porque o Serviço Social recebeu essa denúncia que a gente tinha sujado a pia 'todinha'. (Participante 1, comunicação pessoal. Março, 5, 2017).

Assim qualquer coisa, uma louça suja, se visse uma louça suja em cima da pia, foi as bichas que sujou, porque bicha é sebosa. Aí ia lá, a gente tinha que lavar. Ninguém tinha prova que era a gente, mas acho que na cabeça deles bicha é tudo sebosa, aí qualquer coisa que se fazia fora do regimento a culpa era da gente. Aconteceu coisas complicadas. Proibiram o computador porque o pessoal ficava

assistindo vídeo pornô, né? Sempre as bichas, porque hétero não assiste vídeo pornô (tom de ironia). Disseram que encontraram esperma na sala de estudos, colocaram a culpa nas bichas que assistiram pornô se masturbando E toda reunião tinha alguma coisa contra as bichas. (Participante 3, comunicação pessoal. Abril, 15, 2017).

Reconhece-se a difícil correlação de forças no âmbito institucional - que se dá entre a própria equipe do Serviço Social e entre o Serviço Social e as demais instâncias institucionais - e as dificuldades enfrentadas pelos/as assistentes sociais, quando o empregador demanda ações que fogem do âmbito profissional, e veem alguém que é da equipe profissional se submeter.

Há que se assinalar também os constantes cortes nos recursos destinados as políticas sociais e assistência estudantil particularmente, reforçando ações de seletividade e triagem que, na falta de uma análise de totalidade, termina responsabilizando as profissionais pelo não acesso aos serviços.

A esse respeito o Relatório de gestão da UFRN (2017) afirma:

Quanto à meta prevista (16.980 benefícios concedidos) os números apresentados se situam acima do planejado, ou seja, 25.848. Essa diferença ocorre por 03 motivos básicos: 1) **A demanda efetiva**, nos últimos anos, **tem sempre superado as expectativas** quanto ao planejamento da aplicação dos recursos, o que tem se traduzido na reorientação de objetivos e metas para beneficiar o maior número de estudantes possível; 2) **A PROAE desenvolve um trabalho de rigorosa auditoria da situação socioeconômica dos(as) beneficiários(as)**, refletindo em aumento e melhora do atendimento; 3) Dada a racionalização das despesas com os Restaurantes Universitários, fruto da redefinição da legislação interna que regula o acesso à alimentação, foi possível alocar mais recursos para bolsas e auxílios (UFRN, 2017, p.437, grifo nosso).

Desse modo, a visão da proteção social e ampliação do acesso aos direitos defendida pelos profissionais de Serviço Social também é colocada à prova, numa conjuntura pautada em constantes cortes de recursos da política de assistência, uma vez que os profissionais se vêm obrigados, frente a miserabilidade crescente dos candidatos, a escolher os mais pobres, dentre os pobres, obedecendo uma legislação cada vez mais restritiva, fiscalizatória e punitiva. Ao mesmo tempo, tal pressão se dá junto com uma demanda crescente por assistência estudantil na UFRN – dados de 2017 apontam 08 assistentes sociais na CAPAP - sobrecarregando as profissionais com

atividades cotidianas e imediatas, dificultando a elaboração de planos de trabalho que extrapolem as demandas imediatas dos/as estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, vem apontando as dificuldades enfrentadas pela população trabalhadora empobrecida, de acessar a universidade pública e gratuita no Brasil frente ao processo de cortes de recursos para as políticas sociais a partir dos anos 1990 e mais notadamente a partir de 2016, com o golpe parlamentar que deu posse ao presidente Michel Temer. Tais dificuldades se exacerbam quando além da dimensão da pobreza se somam questões de orientação sexual ou de identidade de gênero que vem enfrentando uma conjuntura crescentemente conservadora com perspectivas de inúmeros retrocessos.

As falas relataram dificuldades enfrentadas pela população LGBT no ambiente familiar - no qual sofrem constantemente heterossexismo, com relatos de expulsão por parte dos genitores quando aqueles assumem sua orientação sexual -, de acessar a assistência estudantil - em função dos critérios socioeconômicos rígidos -, e quando conseguem acessar a assistência estudantil, particularmente a residência universitária, as dificuldades persistem, pois, o processo heterossexista persiste no âmbito universitário por parte dos outros residentes.

As falas apontam ainda que, tanto a população LGBT quanto as assistentes sociais da UFRN, enfrentam em seu cotidiano, a realidade de recursos econômicos limitados e uma correlação de forças desfavorável à garantia de direitos da população que necessita da assistência, deixando de fora da assistência estudantil estudantes pobres, mas que não estão entre os mais pobres. Tal realidade terminou estabelecendo mudanças na legislação interna da UFRN, tornando os critérios de seleção mais rígidos o que, por vezes, obriga as assistentes sociais que trabalham na PROAE a realizarem triagens cada vez mais seletivas, exigidas pela instituição, colocando, por vezes, os usuários dos serviços contra as profissionais, que terminam sendo responsabilizados quando os discentes não conseguem ter acesso ao serviço.

Uma análise de estrutura e conjuntura mais aprofundada permitiria aos discentes escapar da responsabilização do profissional de Serviço Social e encontrar os verdadeiros determinantes de sua situação de pobreza e de exclusão da política de assistência estudantil, uma vez que o verdadeiro determinante da pobreza é a forma como se estrutura a sociedade capitalista e mais ainda, nesse caso específico, se expressa em um conjunto de medidas de cortes nas políticas sociais, ditadas por uma política neoliberal de ajuste, com vistas a responder aos ditames do capital nacional e transnacional.

REFERÊNCIAS

Brasil. MEC. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso 06 jun 2018

_____. MEC. Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **Ser Social**, Brasília (DF), V.14, p. 489-512, jul./dez., 2012.

GUILLAUMIN, C., TABET, P.; MATHIEU, N-C. **O Patriarcado desvendado. Teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>. Acesso 07 mai. 2018.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Contrarreforma da Educação Superior e Formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v.15, 2008.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACENO, Eugênio Talvanes. **Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Luckács, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIOS, R. R. Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na escola**: problematização sobre homofobia. MEC/UNESCO, 2009.

SALDANHA, A. O. (2015). **As condições de vida dos discentes LGBTs no contexto das residências universitárias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 106 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/4539>>. Acesso em: 07 maio 2016.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lúkács, 2012

UFRN. **UFRN em números**. Disponível em: <<http://www.ufrn.br/resources/documentos/ufrnemnumeros/UFRN-em-Numeros-2013-2017.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. **Relatório de gestão do exercício 2017**. Disponível em: <<https://ufrn.br/resources/documentos/relatoriodegestao/RelatoriodeGestao2017.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. **Resoluções UFRN**. Disponível em: <<https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colegiados/resolucoes.jsf>> Acesso em: 19 jun. 2018.